



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental
Superintendência Regional de Meio Ambiente Sul de Minas

PARECER ÚNICO Nº (SIAM) 0664166/2019		
INDEXADO AO PROCESSO:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Licenciamento Ambiental	25426/2018/002/2019	Sugestão pelo deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO:	Licença de Operação em caráter Corretivo - LOC	VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos

EMPREENDEDOR:	Hamilton Barbosa Pinto - ME	CNPJ:	86.496.981/0003-97
EMPREENHIMENTO:	Hamilton Barbosa Pinto – ME	CNPJ:	86.496.981/0003-97
MUNICÍPIO:	Paraisópolis	ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): SIRGAS 2000 LAT/Y 22°32'37" LONG/X 45°45'25"			
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL: Rio Grande		BACIA ESTADUAL: Rio Sapucaí	
UPGRH: GD5		SUB-BACIA: Rio Sapucaí-Mirim	
CÓDIGO:	PARÂMETRO	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENHIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE DO EMPREENHIMENTO
A-03-01-8	Produção Bruta	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3 PORTE MÉDIO
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Reserva da Biosfera do Bioma Mata Atlântica			
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Lucília Helena de Castro		CREA MG: 133326/D	
AUTO DE FISCALIZAÇÃO: 168914/2019			DATA: 12/09/2019

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Vinicius Souza Pinto – Gestor Ambiental	1.398.700-3	
De acordo: Fernando Baliani da Silva – Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.374.348-9	
De acordo: Frederico Augusto Massote Bonifácio – Diretor Regional de Controle Processual	1.364.259-0	



1. Resumo.

O empreendimento **Hamilton Barbosa Pinto – ME**, nome fantasia “**Aresul**”, atua no setor de extração de areia para uso imediato na construção civil, por meio de dragagem no leito do rio Sapucaí Mirim, exercendo suas atividades na área rural do município de Paraisópolis.

Em 02/09/2019 foi formalizado na Supram Sul de Minas, o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 25426/2018/002/2019, na modalidade de Licença de Operação Corretiva-LAC 1 (LOC).

Por no passado já ter operado amparado por Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF.

Por estar localizado na Reserva da Biosfera do Bioma Mata Atlântica, foi apresentado o estudo de acordo com o termo de referência existente.

O empreendimento tem capacidade instalada para extrair 30.000 m³/ano de areia na poligonal ANM nº 835.690/1993. Está sendo autorizada a extração de areia e cascalho.

A vistoria técnica foi realizada pela equipe da Supram Sul de Minas em 12/09/2019 e registrada no Auto de Fiscalização nº. 168914/2019.

A água utilizada pelo empreendimento, destinada as necessidades do empreendimento é fornecido pela concessionária local, no caso o SAAE, com volume estimado de 0,4 m³/mês.

Foi apresentado o CAR da propriedade, com a Reserva Legal devidamente demarcada.

Serão 4 funcionários, trabalhando em turno de 8h, 5 dias por semana. Os efluentes sanitários serão tratados em fossa séptica com lançamento final em sumidouro.

Desta forma, a Supram Sul de Minas sugere o deferimento do pedido de Licença ambiental de Operação Corretiva - LOC, do empreendimento **Hamilton Barbosa Pinto – ME**.



2. Introdução.

O empreendimento **Hamilton Barbosa Pinto – ME**, nome fantasia “**Aresul**” desenvolve suas atividades no Sítio do Irineu – bairro Goiabal, zona rural do município de Paraisópolis.

De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, a atividade “**Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil**” **cód. A-03-01-8**, com produção bruta de 30.000 m³/ano possui porte **Médio** e potencial poluidor **Médio**, sendo, portanto, enquadrado como empreendimento **classe 3**.

Por, no passado já ter operado amparado por Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF.

Por estar localizado na Reserva da Biosfera do Bioma Mata Atlântica, foi apresentado o estudo de acordo com termo de referencia existente.

O empreendimento possui o direito sobre a poligonal ANM nº 835.690/1993, com área de 50 ha, para a exploração de areia e cascalho.

A vistoria técnica foi realizada pela equipe da Supram Sul de Minas em 12/09/2019 e registrada no Auto de Fiscalização nº168914/2019. No momento da vistoria o empreendimento não estava operando.

O empreendimento possui Cadastro Técnico Federal – CTF nº 7168282.

A responsável técnica pelo empreendimento é a Engenheira Ambiental Lucília Helena de Castro.

A equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas, após avaliar os respectivos estudos, considerou os mesmos satisfatórios para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento.

2.1. Caracterização do empreendimento.

O empreendimento se localiza no Sítio do Irineu – bairro Goiabal, zona rural do município de Paraisópolis.

Possui 4 funcionários, sendo 1 draguista, 1 operador de máquina e 2 no setor administrativo.

O regime de trabalho na mina será de 40 horas semanais, em apenas um turno, de 8h diárias. Eventualmente poderá ocorrer o funcionamento aos sábados, de 07-11h.

Extração no leito do rio

A lavra no empreendimento será realizada através de dragagem no leito do Rio Sapucaí-Mirim. As etapas, ou seja, as operações unitárias envolvidas no processo produtivo da areia (agregado) são: dragagem, lavagem e carregamento.

O método de dragagem flutuante ocorre no leito do rio, onde a draga permanece flutuante e succiona areia e outros materiais, utilizando água como veículo. Essa polpa é bombeada até



os silos, passando por uma primeira peneira que separa algum material orgânico ou lixo que, por ventura, foi succionado. Posteriormente, o material passa por outras peneiras que separa a areia grossa e média.

Estima-se que a produção média mensal do empreendimento fique em torno de 2.500 m³ de areia, ou seja, 30.000 m³/ano.

A caixa de lavagem, que atua por processo de sedimentação, fará a separação entre o material fino, composto por silte e argila, transportados com o excedente da água, e areia média ou grossa, que se depositam no fundo da caixa. O produto de interesse, areia, será transferido para pilhas de estocagem, ao ar livre. O cascalho retirado, que é mínimo, será disposto em local adequado, em forma de depósito temporário para serem destinadas corretamente.

O transporte do produto será de inteira responsabilidade do cliente.

Para realizar as operações dragagem, a empresa conta atualmente com os seguintes equipamentos:

- 1 Draga 6" motor Mercedes 352.
- 1 Pá Carregadeira Caterpillar 922 1978
- Lancha Mercedes 352
- Batelão

Infraestrutura

Atualmente toda a infraestrutura necessária para a operação do empreendimento já se encontra instalada. O mesmo conta com um pátio, silos, caixa de decantação tri-compartimentada e galpão que funciona como depósito e escritório.

3. Diagnóstico Ambiental.

3.1. Unidades de Conservação.

De acordo com a plataforma de Infraestrutura de Dados Espaciais - IDE/Sisema, a área do empreendimento **não** está inserida no interior e /ou em zona de amortecimento de Unidade de Conservação.



3.2. Recursos Hídricos.

Para o consumo humano (higienização e banho) e lavagem de equipamentos o empreendimento conta com fornecimento do SAAE do município de Paraisópolis.

Para a dragagem de areia/cascalho no leito do rio Sapucaí Mirim, por se tratar de um rio de domínio federal, foi apresentada declaração de regularidade nº428/2019/SRE emitida pela Agência Nacional de Águas - ANA.

3.3. Cavidades naturais

De acordo com o IDE-Sisema, a potencialidade de ocorrência de cavidades na área do empreendimento é baixa. Não foi identificada presença de cavidades naturais subterrâneas em seu entorno.

3.4. Socioeconomia

O empreendimento tem como objetivo atender a demanda regional de areia no setor de construção civil e, conseqüentemente, movimentar a economia local, gerando emprego e renda.

3.5. Reserva Legal e Área de Preservação Permanente

A Reserva Legal da propriedade foi registrada na matrícula do imóvel, totalizando uma área de 02,17 ha, correspondente a 10,63% da propriedade, em área com remanescente de vegetação nativa.

Na área do empreendimento minerário a faixa de mata ciliar do Sapucaí Mirim, encontra-se com vegetação nativa. As intervenções necessárias para a passagem da tubulação e construção dos acessos foi regularizada através do DAIA nº0036635-D.

Toda a estrutura de processamento, como os silos, o pátio de estocagem, as caixas tri-compartimentadas estão localizadas fora da área de APP.

3.6. Intervenção ambiental

Toda a intervenção já foi realizada e se encontra regular, através do DAIA nº003635-D, valido até 03/05/2023. Esse parecer não autoriza nenhuma nova intervenção em APP e/ou supressão de vegetação nativa.

4. Compensações

Para a instalação do empreendimento houve intervenção em APP do rio Sapucaí Mirim sem supressão de vegetação nativa em área de 0,0674 ha, regularizada através da DAIA nº0036635-D, válida até 03/05/2023. Como medida compensatória pela intervenção em AAP será recomposta uma área de 0,0837 ha de faixa de APP, conforme o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF apresentado, conforme estipulado no DAIA.



A área objeto da compensação se localiza na mesma propriedade do empreendimento. Será realizado o cercamento da área e o plantio de enriquecimento com 93 mudas, no espaçamento de 3x3 m.

Figurará como condicionante do presente parecer a comprovação da execução do PTRF apresentado.

5. Aspectos/Impactos ambientais e medidas mitigadoras

5.1. Efluentes líquidos

A presença dos colaboradores no turno de trabalho leva a produção de efluentes líquidos sanitários no local de apoio do empreendimento. O empreendimento gerará baixo volume de material oleoso, já que nenhuma manutenção é realizada no local e as lavagens são esporádicas.

Medidas mitigadoras

O sistema de tratamento dos efluentes sanitário é composto de fossa séptica com lançamento final em sumidouro, com pequeno volume de efluente gerado, devido ao reduzido número de funcionários do empreendimento, no caso quatro.

A manutenção dos equipamentos é realizada fora da área do empreendimento, por empresa especializada para tal fim. Já a troca de óleo da draga, é realizada no local onde ela se encontra, pois não é possível realizar a retirada deste equipamento toda vez que for necessária a manutenção. Portanto, para mitigar qualquer impacto de contaminação por óleo, sendo ele já utilizado ou não, no momento da troca é encaixado onde se localiza o motor uma caixa de contenção. O óleo retirado é destinado a empresa licenciada.

5.2. Resíduos Sólidos

Os resíduos sólidos gerados no empreendimento são restos orgânicos, materiais descartáveis e recicláveis gerados em função da presença dos funcionários.

Medidas mitigadoras

Os resíduos são armazenados em tambores para posterior destinação correta. Os resíduos sólidos domésticos são recolhidos pela coleta municipal.

As sucatas metálicas, os pneus, os resíduos perigosos contaminados com óleos e graxas serão destinados para a empresa Manolofer Comércio de Sucatas LTDA.

Configura como condicionante do presente parecer o monitoramento da destinação ambientalmente adequada destes resíduos.

5.3. Emissões atmosféricas

A principal fonte de emissão de material particulado é a movimentação de caminhões e máquinas nas vias de acesso ao empreendimento.



Medidas mitigadoras

Nas vias de acesso, a transição de caminhões e máquinas aumentam o conteúdo de partículas suspensas no ar, como todo beneficiamento ocorre a úmido a geração de particulados é mínima, não sendo necessária a umidificação das vias. Ao mesmo tempo, os equipamentos também emitem gases poluentes, impacto que será minimizado realizando a manutenção preventiva de forma regular.

5.4. Ruídos e Vibrações

Os ruídos e vibrações geradas na atividade do empreendimento advêm, principalmente, pelo uso de maquinários, equipamentos e veículos presentes nas etapas de produção.

Medidas mitigadoras

Como forma de diminuir o impacto, deverá ser adotada a manutenção preventiva dos veículos e equipamentos envolvidos. Além disso, os colaboradores usarão protetores auriculares.

6. Controle Processual.

Este processo foi devidamente formalizado e contém um requerimento de Licença Ambiental concomitante - LAC 1 (LOC) para a atividade Extração de areia e cascalho para uso imediato na construção civil, que será submetido para decisão da Superintendência Regional de Meio Ambiente.

A regularização ambiental, por intermédio do licenciamento, tem início, se for preventivo, com a análise da licença prévia – LP, seguida pela licença de instalação - LI e licença de operação – LO.

Quando o licenciamento é corretivo e a fase é de operação, deve-se ter em mente que estão em análise as três fases do licenciamento, as que foram suprimidas, neste caso a LP e a LI e a fase atual do empreendimento – que está em operação.

Conforme a previsão expressa no artigo 32 do Decreto Estadual 47.383/18:

“Art. 32 – A atividade ou o empreendimento em instalação ou em operação sem a devida licença ambiental deverá regularizar-se por meio do licenciamento ambiental em caráter corretivo, mediante comprovação da viabilidade ambiental, que dependerá da análise dos documentos, projetos e estudos exigíveis para a obtenção das licenças anteriores.”

A licença de operação corretiva será obtida desde que uma condição seja atendida plenamente, a comprovação de viabilidade ambiental da empresa, de acordo com o artigo anteriormente reproduzido.

Viabilidade é a qualidade do que é viável (com fortes probabilidades de se levar a cabo ou de se concretizar por reunir todas as circunstâncias/características necessárias).

Será avaliado então se estão reunidas as características necessárias para se atestar a viabilidade ambiental da empresa.



Passa-se, portanto, a verificação da viabilidade ambiental de cada uma das fases que estão compreendidas neste processo, LP, LI e LO.

Com a licença prévia - LP atesta-se a viabilidade ambiental da atividade ou do empreendimento quanto à sua concepção e localização, com o estabelecimento dos requisitos básicos e das condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, de acordo com o inciso I, art. 13 do Decreto Estadual nº 47.383 de 2018 – que estabelece normas para licenciamento ambiental.

A viabilidade ambiental na fase de LP se constitui na viabilidade locacional, ou seja, verifica-se se na concepção do projeto, que resultou no empreendimento, foram observadas as restrições quanto a sua localização, ou seja, se o local onde a empresa está é viável, propício ao desenvolvimento da sua atividade; se não existe impedimento quanto a sua localização como: estar localizada em área restrita, destinada a conservação da natureza ou de interesse ambiental que possa inviabilizar a sua manutenção no local.

A Certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a lei e regulamento administrativo do município pode ser verificada às fls.22 do processo.

A apresentação da Certidão da Prefeitura é uma obrigação expressa no artigo 18 do Decreto Estadual nº 47.383 de 2018.

O empreendedor comprova a publicidade do pedido de licença conforme se verifica à fl. 21 dos autos.

Conclui-se que não há restrição ambiental que inviabilize a localização da empresa. Portanto, a viabilidade ambiental, no que diz respeito a localização está demonstrada.

Passa-se para a análise da instalação.

A licença de instalação autoriza a instalação da atividade ou do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, de acordo com o inciso II do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.383 de 2018.

Uma vez que se trata de empresa em fase de operação a instalação já ocorreu, não só a instalação da planta industrial, mas também já foram instaladas as medidas de controle necessárias para conferir a viabilidade ambiental à empresa. Inexiste manifestação contrária ao que está instalado e a viabilidade locacional foi atestada anteriormente.

Opina-se pela aprovação da instalação da empresa, bem como das medidas de controle ambiental existentes.

Passa-se para a análise da operação da empresa.

A licença de operação em caráter corretivo autoriza a operação da atividade, desde que demonstrada a viabilidade ambiental.

Nos itens anteriores deste parecer foram explicitados os impactos ambientais negativos que as atividades ocasionam no meio ambiente.



A operação da empresa está condicionada a demonstração de que, para os impactos negativos, foram adotadas medidas de controle ambiental, capazes de diminuir os impactos negativos da sua atividade.

A implantação efetiva de medidas de controle ambiental, bem como a demonstração da eficácia destas medidas, por intermédio de laudos de monitoramento, possibilita a demonstração da viabilidade ambiental, entendida a viabilidade ambiental como a aptidão da empresa operar sem causar poluição ou degradação e, se o fizer, que seja nos níveis permitidos pela legislação.

Confrontando-se os impactos negativos com as medidas de controle ambiental informadas nos itens anteriores, verifica-se que a empresa conta com as medidas de controle ambiental para proporcionar a mitigação dos impactos negativos ao meio ambiente.

A empresa faz jus a licença requerida e pelo prazo de **dez** anos, conforme previsão constante no artigo 15 do Decreto Estadual nº47.383/2018.

O processo está apto para que se submeta o requerimento de licença para decisão da Superintendência Regional de Meio Ambiente.

7. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas sugere o **deferimento** desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação em caráter Corretivo (**LOC**) para o empreendimento **Hamilton Barbosa Pinto - ME** para a atividade de **“Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil”** no município de **Paraisópolis**, pelo prazo de **10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste Parecer Único, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Superintendência Regional de Meio Ambiente.

Oportuno advertir ao empreendedor que a análise negativa quanto ao cumprimento das condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I), bem como qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Sul de Minas, tornam o empreendimento em questão passível de ser objeto das sanções previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa, nem substitui, a obtenção, pelo requerente, de outros atos autorizativos legalmente exigíveis.

A análise dos estudos ambientais pela Superintendência Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas, não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.



8. Anexos.

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação Corretiva - LOC do empreendimento **Hamilton Barbosa Pinto - ME;**

Anexo II. Programa de Automonitoramento para Licença de Operação Corretiva - LOC do empreendimento **Hamilton Barbosa Pinto - ME;**





ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação Corretiva - LOC do empreendimento Hamilton Barbosa Pinto - ME;

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando a implantação do Projeto Técnico de Reconstituição de Flora PTRF, <u>incluindo as variáveis dendrométricas = CAP, altura, e % de sobrevivência.</u>	<u>**Semestralmente.</u> Durante a vigência da Licença Ambiental.
02	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental.
03	Enviar semestralmente, por meio do Sistema MTR-MG, Declaração de Movimentação de Resíduos – DMR, conforme art.16 da DN COPAM 232/2019, que diz: I – Até o dia 28 de fevereiro de cada ano deverá ser enviada, via Sistema MTR-MG, a DMR abrangendo o período de 1º de julho a 31 de dezembro do ano anterior; II – Até o dia 31 de agosto de cada ano deverá ser enviada, via Sistema MTR-MG, a DMR abrangendo o período de 1º de janeiro a 30 de junho do ano em curso.	Durante a vigência da Licença Ambiental.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

** Enviar anualmente, à Supram Sul de Minas, **até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, os relatórios exigidos no item 01.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento para Efluentes Líquidos da Licença de Operação Corretiva - LOC do empreendimento Hamilton Barbosa Pinto - ME;

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Saída da caixa tri-compartimentada.	Sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos totais e óleos e graxas minerais.	<u>Semestral</u>
<ul style="list-style-type: none">50 metros à montante do ponto de captação da polpa.50 metros à jusante do ponto de lançamento da água decantada oriunda da bacia de decantação.	Turbidez, óleos e graxas minerais e sólidos em suspensão total.	<u>Semestral</u>

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram Sul de Minas **até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa conforme Deliberação Normativa nº. 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última